

## RESENHAS

### **Livro: SOCIEDADE, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO NO BRASIL.**

**Autora: ZOTTI, Solange** aparecida. **SOCIEDADE, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO: DOS Jesuítas aos anos de 1980.** Campinas, SP; Autores Associados; Brasília, DF: Editora Plano, 2004.

---

Maria Marcolina Lima Cardoso<sup>1</sup>

O presente livro trata-se de uma reflexão sobre a importância do currículo na estruturação da sociedade brasileira, baseada no livro *Sociedade, Educação e Currículo no Brasil*, de Solange Aparecida Zotti, a qual procurou investigar de que forma o currículo legal influenciou a estrutura da sociedade, desde a colonização do Brasil até a ditadura militar. Assim, as reflexões nem sempre podem traduzir-se nos pontos de vista da autora Zotti, mas apenas pontos da autora do texto.

A estruturação da educação no Brasil sempre conviveu com controvérsias, por um lado havia o “discurso de desenvolvimento”, visando ser a educação um meio para o crescimento do país, por outro lado a prática, a realidade, objetivando a divisão de classes. Na história, o desenvolvimento era apenas no discurso, e muitas vezes nem mesmo o “discurso de desenvolvimento” existia, sucedia-se apenas uma prática excludente. E o currículo da educação no Brasil teve papel importante na estruturação das exclusões.

Desde o período colonial até a LDB de 1961, houve um conflito marcante na estrutura curricular legal, entre o currículo humanista e o científico. O pensamento marcante era que o humanismo formava o homem na sua integralidade, numa concepção de currículo completamente enciclopédica, visando apenas à aquisição de vocabulário, o aprendizado de línguas, as formas de comportamento, e a memorização. E, o currículo científico formaria o homem para a profissionalização. Esta visão equivocada de formação do ser humano a partir de uma base enciclopédica tinham um único objetivo, deixar o homem distante de novas ideologias, pois o homem não era treinado para pensar e refletir.

Hoje, sabe-se que a formação do homem em sua integralidade está mais ligada a formação do cidadão reflexivo, o qual terá melhores condições de enfrentar os problemas ao seu redor, do que cidadãos que não conseguem refletir sobre o que ocorre ao seu redor.

O pensamento humanista foi uma consequência do modelo colonial, em que a educação que formasse cidadãos reflexivos era uma ameaça ao domínio da metrópole, e também ao status da Igreja Católica da época colonial. O objetivo era formar uma massa de trabalhadores (índios, negros e brancos de classes mais baixas) que enriquecessem a elite, e ao mesmo tempo não tivessem condições de lutar pelos seus direitos. Então, qualquer tipo de educação era negada aos trabalhadores, uma vez que era dever da família a educação

---

<sup>1</sup> Mestre em Bioecologia Aquática/Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

fundamental, e aqueles que não tinham pais educados, dificilmente seriam educados. Os jesuítas ainda tentaram educar os índios, mas com o objetivo de domesticação. Por outro lado, a elite no Brasil era limitada em seus pensamentos pelo currículo humanista, que visava “cidadãos” moldados a um só pensamento, uma só ideologia, uma ideologia que escravizava mentes nas algemas da ganância, e que escravizava pessoas para gerar o lucro, contudo ambos incapazes de refletir.

Este modelo de divisão de classes e educação enciclopédica é continuado durante toda a história do Brasil. Durante o império, a república e a ditadura, a divisão de classes é marcante através do currículo humanista e do científico, e através dos cursos profissionalizantes (durante a ditadura). Então, após o período colonial, o cidadão brasileiro deixou de trabalhar para a metrópole, e passou a trabalhar para o sistema econômico capitalista. A educação era fornecida para que aumentasse a mão-de-obra qualificada, para continuar enriquecendo a nova elite, e não para a formação do homem. As poucas tentativas de ensinar o homem para a vida eram logo descartadas, uma vez que não atendiam ao interesse das elites.

O ensino objetivava moldar uma única ideologia, e isso foi marcante durante a ditadura militar, em que utilizou-se de uma política educacional que disfarçava-se numa essência evangélica, de igualdade, justiça e amor, que não existiam, pois não havia igualdade, não havia justiça, não havia amor, apenas deveres a serem cumpridos. Mais uma vez a Igreja Católica entra com uma visão equivocada de cristianismo, em que visava o domínio, o poder, a opressão, a desigualdade. Em virtude disto, no currículo foram introduzidas disciplinas obrigatórias como EMC (Educação Moral e Cívica), Organização Social e Política Brasileira (OSPB), e Educação Física, que tinham o objetivo de moldar a ideologia e cansar o educando para não ter tempo nem condições de conhecer novos pensamentos.

A divisão de classes é refletida na falta de preocupação do governo com o ensino básico, tanto através do currículo como através do investimento. Durante toda a história, o ensino básico foi desvalorizado, e aqueles que desejavam entrar em uma faculdade, aceleravam ou melhoravam seus estudos nas redes privadas, a rede pública dava poucas condições para que alunos de classes baixas continuassem seus estudos, é tanto que se criou o currículo profissional, para aqueles que não entrariam nas universidades, e o currículo normal, que era oferecido pelas escolas privadas para a elite que entraria na academia. Quando criava-se um modelo educacional mais científico, a elite não aceitava e colocava seus filhos no privado, onde teriam o currículo humanista, que era o único exigido para a entrada na universidade. Este modelo não é muito diferente do atual, a falta de investimento para as escolas públicas, faz com que a camada mais pobre continue não acessando o ensino superior, apenas os que têm condições para pagar as escolas privadas são privilegiados. Continuando a divisão do trabalho: àqueles o trabalho “braçal”, a estes o intelectual.

Ainda, na ditadura militar, o financiamento das escolas privadas era marcante, e inclusive definido na LDB de 1961: o Estado pode subvencionar a iniciativa particular no oferecimento de serviços educacionais. Atualmente, o governo demonstra sua preocupação com o ensino através do financiamento indireto das escolas privadas. Digo indiretamente porque o não investimento em ensino público de qualidade para todos leva ao crescimento do ensino particular. Indiretamente, para o ensino fundamental e médio o governo continua incentivando o particular, já que não melhora o ensino público, pois isto significaria uma quebra das escolas privadas. E no ensino superior o financiamento ocorre através de programas como o PROUNI.

A racionalização dos recursos para o ensino público fundamental é uma das causas da divisão social. Até hoje, apenas são tomadas medidas assistencialistas (fornecimento de livros, materiais didáticos, merenda), que não resolvem o real problema. Atualmente com a LDB de 1996 e as diretrizes e base da educação nacional, torna-se ao discurso do cidadão reflexivo,

com um currículo com grande preocupação na formação do cidadão, pelo menos no geral. Mas o discurso pouco se tornou uma prática, uma vez que não se resolveu um dos problemas cruciais, a valorização do profissional de educação. O investimento em educação continua sendo uma ameaça ao poder. A elite intelectual, os professores, são uma ameaça, e devem ser limitados. São limitados pelos baixos salários e assim precisam trabalhar muito para receber dignamente. Assim como a educação física visava cansar os alunos para que eles não tivessem tempo nem condições de conhecer novas ideologias, os baixos salários não permitem tempo para pensar, planejar as aulas e tentar melhorar o sistema, só permitem a reprodução e o enciclopedismo. E, professores que não pensam dificilmente formarão alunos pensantes. Um currículo que crie cidadãos reflexivos, não o será na prática, se não fornecerem os meios para isso.

A educação na prática, parece nunca ter sido vista como a base para o desenvolvimento, o ensino fundamental sempre foi desvalorizado, uma vez que por muito tempo não era oferecido pelo Estado, e quando era oferecido não se destinava a todos, e quando se destinava a todos era seletivo, para uns visando o trabalho braçal, para os mais favorecidos o trabalho intelectual.

A estruturação do currículo sempre atendeu aos objetivos da elite, quando não atendia, era logo mudado. Atualmente, o currículo atende as necessidades do mercado, que necessita de renovação constante, devido às intensas novidades tecnológicas, e por isso, em parte estruturou-se um currículo mais científico, estimulando a criatividade, pesquisa e reflexão, mas na prática em grande parte continua o enciclopedismo, devido à racionalização dos recursos.